

SUMÁRIO

PARTE I – REDAÇÃO JURÍDICA E CONCURSO PÚBLICO

1 – A REDAÇÃO JURÍDICA	3
1.1 A nova redação jurídica.....	3
1.2 Síntese, clareza e objetividade	3
1.3 Orações intercaladas.....	3
1.4 Introdução, desenvolvimento e conclusão.....	4
1.5 Redação impessoal.....	4
1.6 Copiar e colar.....	6
1.7 Grifado, negrito e destaques.....	6
1.8 Tópicos	6
1.9 Doutrina e julgados	7
1.10 Modelos.....	7
1.11 Expressões indesejáveis	8
1.12 Abreviaturas.....	8
1.13 Grafia de data e hora	9
1.14 Latim.....	9
1.15 Alguns conceitos básicos.....	10
2 – DICAS PARA O CONCURSO	13
2.1 A boa comunicação.....	13
2.2 Comunicação escrita (a dissertação).....	13
2.2.1 Estrutura	14
2.2.1.1 Introdução	14
2.2.1.2 Desenvolvimento.....	14
2.2.1.3 Conclusão.....	14
2.3 Comunicação verbal (a prova oral)	17
2.4 A apresentação pessoal	19
2.5 Não é preciso saber tudo.....	19
2.6 Por onde começar o estudo.....	20

4.9.4	Autoria mediata.....	53
4.9.4.1	Conceito.....	53
4.9.4.2	Terminologia.....	54
4.10	Concurso de crimes.....	54
4.10.1	Concurso material.....	55
4.10.2	Concurso formal.....	56
4.10.3	Crime continuado.....	58
4.10.4	Combinação de concursos de crimes na mesma denúncia.....	60
4.10.4.1	Crime continuado + crime continuado.....	60
4.10.4.2	Concurso material + concurso formal + crime continuado.....	63
4.11	Tentativa.....	66
4.12	O elemento subjetivo.....	67
4.12.1	O dolo.....	67
4.12.2	O dolo eventual.....	68
4.12.3	A culpa.....	69
4.12.4	O crime preterdoloso.....	70
4.13	Crimes omissivos impróprios.....	71
4.14	Detalhes importantes sobre os principais crimes do Código Penal.....	72
4.14.1	Homicídio.....	72
4.14.2	Lesão corporal (violência doméstica).....	72
4.14.3	Crimes contra a honra.....	73
4.14.4	Furto.....	74
4.14.5	Roubo.....	75
4.14.6	Dano.....	76
4.14.7	Apropriação indébita.....	77
4.14.8	Estelionato.....	78
4.14.9	Estelionato na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque.....	79
4.14.10	Receptação dolosa.....	80
4.14.11	Receptação qualificada.....	81
4.14.12	Estupro.....	82
4.14.13	Associação criminosa.....	83
4.14.14	Falsidade ideológica.....	85
4.14.15	Uso de documento falso.....	86
4.14.16	Desacato.....	87
4.14.17	Falso testemunho.....	87
4.15	Alguns crimes da legislação penal extravagante.....	89
4.15.1	Código de Trânsito: homicídio e lesão corporal na direção de veículo automotor.....	89

4.15.2	Código de Trânsito: embriaguez ao volante.....	90
4.15.3	Tráfico de drogas.....	91
4.15.4	Estatuto do Desarmamento: posse e porte de arma de fogo.....	93
4.16	A cota de oferecimento da denúncia.....	93
4.16.1	Esclarecimentos sobre a denúncia.....	94
4.16.2	Proposta de suspensão condicional do processo (crimes de médio potencial ofensivo).....	95
4.16.3	Arquivamento do inquérito policial em relação a outro indiciado ou a outra infração penal.....	96
4.16.4	Apreciação de pedidos de prisão preventiva e sua revogação, e de restituição de coisa apreendida.....	97
4.16.5	Diligências complementares.....	97
4.16.6	Dicas finais para a elaboração da cota de oferecimento da denúncia.....	98
5	- A FASE PROCESSUAL.....	103
5.1	Suspensão do processo após a citação por edital.....	103
5.2	Suspensão condicional do processo.....	104
5.3	Resposta à defesa escrita.....	107
5.4	Aditamento da denúncia.....	110
5.5	O incidente de insanidade mental ou de dependência química do acusado...	111
6	- MEMORIAL.....	117
6.1	Conceito.....	117
6.2	Previsão legal.....	117
6.3	Terminologia.....	118
6.4	Estrutura.....	118
6.4.1	Relatório.....	118
6.4.2	Análise da prova e do direito.....	119
6.4.3	Pedido.....	126
6.4.3.1	A pena-base.....	127
6.4.3.2	Agravantes e atenuantes.....	127
6.4.3.3	As causas de aumento e diminuição da pena.....	127
6.4.3.4	O regime inicial de cumprimento da pena.....	128
6.4.3.5	A indicação da pena adequada.....	129
6.4.3.6	As penas de caráter pecuniário.....	129
6.4.3.7	Os efeitos da condenação.....	129
6.4.3.8	A conversão da pena privativa de liberdade.....	130
7	- RECURSOS.....	135
7.1	Conceito.....	135
7.2	Espécies.....	135

7.3	Terminologia	136
7.4	Juízo de retratação	136
7.5	Desistência.....	137
7.6	Petição de interposição	137
7.7	As razões recursais.....	138
7.8	Os recursos em espécie.....	142
7.8.1	Apelação.....	142
7.8.1.1	Objeto	142
7.8.1.2	Cabimento.....	142
7.8.1.3	Juízo de retratação	142
7.8.1.4	Petição de interposição e razões de recurso	142
7.8.1.5	Abrangência	142
7.8.2	Recurso em sentido estrito.....	143
7.8.2.1	Objeto	143
7.8.2.2	Cabimento.....	143
7.8.2.3	Formação.....	144
7.8.2.4	Juízo de retratação	145
7.8.2.5	Efeito suspensivo	145
7.8.2.6	Petição de interposição e razões de recurso	145
7.8.2.7	Razões de recurso	146
7.8.3	Agravo em execução.....	150
7.8.3.1	Objeto	150
7.8.3.2	Cabimento.....	150
7.8.3.3	Processamento.....	150
7.8.3.4	Efeito suspensivo	150
7.8.3.5	Juízo de retratação	151
7.8.3.6	Petição de interposição e razões de recurso	151
7.8.4	Carta testemunhável.....	154
7.8.4.1	Objeto	154
7.8.4.2	Cabimento.....	155
7.8.4.3	Formação e processamento.....	155
7.8.4.4	Juízo de retratação	155
7.8.4.5	Petição de interposição e razões de recurso	155
7.8.4.6	Razões de recurso	156
7.8.5	Embargos de declaração.....	158
7.8.5.1	Objeto.....	158
7.8.5.2	Cabimento.....	158
7.8.5.3	Interposição.....	158
7.8.5.4	Interrupção do prazo para recurso	159
7.8.5.5	Juízo de retratação	159
7.8.5.6	Petição.....	159

7.8.6	Correição parcial.....	160
7.8.6.1	Objeto e cabimento	160
7.8.6.2	Processamento	160
7.8.6.3	Juízo de retratação	160
7.8.6.4	Petição de interposição	161
7.8.6.5	Razões de recurso	162
7.8.7	Mandado de segurança.....	164
7.8.7.1	Objeto	164
7.8.7.2	Cabimento.....	164
7.8.7.3	Interposição.....	164
7.8.7.4	Natureza e legitimidade.....	164
7.8.7.5	Petição	165
7.8.8	<i>Habeas corpus</i>	168
7.8.8.1	Objeto	168
7.8.8.2	Cabimento e legitimidade	168
7.8.8.3	Petição	168
7.9	Contrarrazões	169
7.9.1	Conceito.....	169
7.9.2	Terminologia.....	169
7.9.3	Oferecimento	169
7.9.4	Estrutura	169

8 – CRIMES DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI..... 173

8.1	Denúncia	173
8.1.1	Conteúdo	173
8.1.2	Utilização de expressões do questionário	173
8.1.3	Qualificadoras	173
8.1.4	Homicídio privilegiado.....	174
8.1.5	Rito processual e pedido	174
8.2	Memorial.....	175
8.2.1	Estrutura	175
8.2.1.1	Relatório.....	175
8.2.1.2	Análise da prova	176
8.2.1.2.1	Pronúncia	176
8.2.1.2.1.1	Pedido.....	178
8.2.1.2.2	Impronúncia.....	178
8.2.1.2.2.1	Pedido.....	179
8.2.1.2.3	Absolvição sumária	179
8.2.1.2.3.1	Pedido.....	180
8.2.1.2.4	Desclassificação	181
8.2.1.2.4.1	Pedido.....	182

8.3	Plenário	182
8.3.1	Três verdades fundamentais.....	182
8.3.2	Debates	183
8.3.2.1	Função de cada um dos personagens do júri	183
8.3.2.2	Assimilação das ideias	183
8.3.2.3	Sequência lógica.....	183
8.4	Recursos	186
8.4.1	Recurso em sentido estrito.....	186
8.4.2	Apelação.....	186
9	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	189
9.1	Termo Circunstanciado (TC).....	189
9.1.1	Análise do TC.....	189
9.2	Representação.....	189
9.3	Proposta de transação penal	189
9.3.1	Adequação.....	189
9.3.1.1	Possibilidade de cumprimento.....	190
9.3.1.2	Condições financeiras do autor do fato.....	190
9.3.1.3	Destinatário da prestação pecuniária.....	190
9.3.1.4	Pertinência com a infração	190
9.3.1.5	Interdição temporária de direitos	190
9.3.2	Carta precatória	191
9.4	Arquivamento.....	192
9.4.1	Previsão legal	192
9.4.2	Terminologia.....	192
9.4.3	Conclusão.....	192
9.5	Denúncia	193
9.6	Memorial.....	194
9.6.1	Previsão legal	194
9.6.2	Relatório	194
9.7	Recursos	195
10	A PEÇA PRÁTICA PENAL EM CONCURSOS.....	197
10.1	Tema.....	197
10.2	Limitações de tempo e fontes de consulta	197
10.3	Organização.....	197
10.4	Objetivos do examinador.....	197
10.5	Análise de provas	198
10.5.1	Prova da 2ª fase do 89º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, em 2012.....	198

10.5.2	Prova escrita especializada da banca de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Eleitoral. XXXI Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – 15.11.2009	206
10.5.3	Prova da 2ª fase do 85º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, em 2006.....	211

PARTE III – PRÁTICA CIVIL

11 – O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA	219
11.1 Postura.....	219
11.2 Espécies de manifestações	220
11.2.1 Cotas e manifestações em geral.....	220
11.2.2 Parecer ou razões finais.....	220
11.2.2.1 Conceito.....	220
11.2.2.2 Terminologia	220
11.2.2.3 Estrutura	221
11.2.2.3.1 Relatório.....	221
11.2.2.3.2 Análise da prova e do direito.....	222
11.2.2.3.3 O pedido.....	223
11.3 Recursos	224
11.3.1 Espécies.....	224
11.3.1.1 Apelação.....	224
11.3.1.1.1 Terminologia	224
11.3.1.1.2 Estrutura	224
11.3.1.1.3 Interposição.....	224
11.3.1.1.4 Relatório.....	225
11.3.1.1.5 Análise da prova e do direito.....	226
11.3.1.1.6 Contrarrazões ou manifestação recursal.....	240
11.3.1.2 Agravo de instrumento.....	242
11.3.1.2.1 Interposição.....	243
11.3.1.2.2 Contrarrazões ou manifestação recursal.....	249
11.3.1.3 Embargos de declaração	249
11.3.1.3.1 Forma de interposição	250
11.4 Hipóteses de atuação	251
11.5 Prazos	252
11.6 Momento da intervenção.....	252
12 – O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AUTOR	253
12.1 Questões recorrentes de direitos individuais.....	253

12.2	Legitimidade concorrente.....	254
12.3	Infância e juventude.....	254
12.4	Manifestações como autor.....	254
12.5	Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	254
12.6	Petição inicial.....	254

PARTE IV – TUTELA COLETIVA

ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

13 – OS PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE	259
13.1 Notícia de fato.....	259
13.1.1 Conceito.....	259
13.1.2 Prazo.....	259
13.1.3 Diligências preliminares.....	259
13.1.4 Distribuição, registro e atuação.....	259
13.1.5 Espécies.....	260
13.1.5.1 Representação.....	260
13.1.5.1.1 Requisitos da representação.....	260
13.1.5.1.2 Complementação da representação.....	262
13.1.5.1.3 Representação anônima.....	262
13.1.5.1.4 Representação com múltiplos objetos.....	262
13.1.5.1.5 Relacionamento com o representante.....	263
13.1.5.1.6 Processamento da representação.....	264
13.1.5.2 Peças de informação.....	264
13.1.5.2.1 Características.....	264
13.1.5.2.2 Origem das peças de informação.....	264
13.1.5.2.3 Peças de informação e representação.....	265
13.1.5.2.4 Homologação do arquivamento das peças de informação.....	265
13.1.5.2.5 Dispensabilidade do inquérito civil.....	266
13.1.5.3 Notícia.....	266
13.1.6 Arquivamento da notícia de fato ou indeferimento de representação... ..	266
13.1.6.1 Recurso contra indeferimento de representação.....	269
13.2 Procedimento administrativo.....	270
13.2.1 Conceito.....	270
13.2.2 Previsão normativa.....	270
13.2.3 Objeto.....	270
13.2.3.1 Acompanhar o cumprimento de TAC.....	271
13.2.3.2 Fiscalizar instituições.....	273
13.2.3.3 Acompanhamento de políticas públicas.....	274
13.2.3.4 Apuração de ofensa a interesses individuais indisponíveis... ..	275

13.2.4	Prorrogação de prazo do procedimento administrativo.....	278
13.2.4.1	Procedimento administrativo de fiscalização.....	278
13.2.4.2	Procedimento administrativo para apuração de ofensa a interesses individuais indisponíveis.....	279
13.2.5	O arquivamento do procedimento administrativo.....	280
13.3	Procedimento preparatório de inquérito civil	281
13.3.1	Conceito.....	281
13.3.2	Cabimento	282
13.3.3	Previsão normativa.....	282
13.3.4	Instauração	283
13.3.5	Prorrogação de prazo do procedimento preparatório.....	285
13.3.6	Encerramento do procedimento preparatório de inquérito civil..	286
13.3.6.1	Conversão em inquérito civil.....	286
13.3.6.2	Arquivamento.....	288
13.4	Inquérito civil.....	288
13.4.1	Conceito.....	288
13.4.2	Previsão legal	289
13.4.3	Instauração	289
13.4.3.1	Inquérito civil instaurado em razão de representação ..	289
13.4.3.2	Inquérito civil instaurado em razão de peças de infor- mação	292
13.4.3.3	Inquérito civil instaurado em razão de notícia.....	294
13.4.3.4	Indicação do objeto da investigação.....	296
13.4.3.5	Múltiplos objetos para a investigação	296
13.4.3.6	Limitação do objeto no tempo	297
13.4.3.7	Aditamento da portaria	297
13.4.4	Investigação.....	298
13.4.4.1	Obtendo informações do investigado.....	298
13.4.4.2	Oitiva do investigado em declarações	298
13.4.4.3	Requisitando informações do investigado	300
13.4.4.4	Requisição de documentos e requisição de infor- mações.....	300
13.4.4.5	Prova pericial.....	302
13.4.4.6	Compartilhamento de provas	303
13.4.4.7	Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	303
13.4.4.8	Carta precatória	311
13.4.5	Prorrogação de prazo do inquérito civil	312
13.4.6	Organização do inquérito civil.....	314
13.4.6.1	Formação de apensos.....	314
13.4.6.2	Apenso para documentos repetidos.....	314

13.4.6.3	Documentos conexos, alheios ao objeto da investigação	314
13.4.6.4	Documentos em meio digital.....	314
13.4.7	Recurso contra instauração de inquérito civil.....	315
13.4.8	O sigilo no inquérito civil.....	319
13.4.8.1	Diferença entre sigilo e não publicidade	321
13.4.9	O arquivamento do inquérito civil.....	323
13.4.9.1	O arquivamento parcial do inquérito civil.....	326
13.4.9.2	O desarquivamento do inquérito civil.....	326
14	– RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA	329
14.1	Conceito	329
14.2	Fundamento legal.....	329
14.3	Características.....	330
14.3.1	Extrajudicial	330
14.3.2	Procedimental	330
14.3.3	Corretiva	330
14.3.4	Preventiva.....	331
14.3.5	Cognitiva.....	331
14.3.6	Unilateral	331
14.3.7	Preliminar.....	331
14.3.8	Suspensiva.....	331
14.4	Objeto	331
14.5	Destinatário	331
14.6	Resolução.....	332
14.7	Recomendação expedida em inquérito civil.....	332
15	– TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	335
15.1	Conceito	335
15.2	Fundamento legal.....	335
15.3	Características.....	335
15.3.1	Extrajudicial	335
15.3.2	Procedimental	336
15.3.3	Bilateral.....	336
15.4	Objeto e limites	336
15.5	Abrangência.....	336
15.6	Astreinte.....	336
15.7	Destinação de indenizações e multas.....	336
15.8	Termo de ajustamento de conduta firmado para a implantação de serviço de saúde.....	337

ATUAÇÃO EM JUÍZO

16 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA	339
16.1 Conceito	339
16.2 Previsão legal.....	339
16.3 Legitimidade	339
16.4 Foro competente	339
16.5 Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	339
16.6 Objetos excluídos.....	340
16.7 Petição inicial e procedimento.....	340
17 – AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	347
17.1 Conceito	347
17.2 Nomenclatura.....	347
17.3 Previsão legal.....	347
17.4 Legitimidade	347
17.5 Foro competente	347
17.6 Prescrição.....	348
17.7 Transação.....	348
17.8 Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	348
17.9 Petição inicial e procedimento.....	349
17.10 Improbidade administrativa cumulada com Lei Anticorrupção Empresarial.....	370
18 – TUTELA PROVISÓRIA	373
18.1 Conceito	373
18.2 Espécies, natureza e momento	373
18.2.1 Tutela de urgência: requisitos.....	373
18.2.1.1 Tutela provisória de urgência de natureza antecipada....	374
18.2.1.2 Tutela provisória de urgência de natureza cautelar	377
18.2.1.3 Tutela provisória de urgência de natureza antecipada concomitante ao ajuizamento da ação	392
18.2.2 Tutela de evidência: hipóteses.....	400
18.2.3 Tutela de evidência: requisitos	400
18.2.4 Tutela de evidência: momento	400
18.2.5 Petição inicial.....	400
BIBLIOGRAFIA	405